



# Anais da Assembleia

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 126ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1979

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer (47); achando-se ausentes os Senhores Deputados Nelson Buffara, Fuad Nacli, João Mansur, José Domingos Scarpellini, Paulo Camargo, Pinto Dias, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga, Wilson Fortes e Ezequias Losso, este último em missão cultural, (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 83/79, de sua autoria, que visa dar novas divisas a Distritos Administrativos no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) DEL CIEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 173/79.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) FRANCISCO ESCORSIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Geraldo Bastos, ocorrido no dia 19 do corrente mês, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alcindo Diogo da Silveira, ocorrido no dia 17 pp. no Município de Campo Largo.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Sr.ª Olinda da Silveira, residente na R. Professor João Batista Valões, n.º 1014, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CLÁUDIO MARTINI, ocorrido ontem, no Município de Araucária.

Outrossim, aprovado o presente, requer seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada, na pessoa da Senhora MARIA LUIZA MARTINI, residente à Rua Candelaria Tintiquera, 360, Araucária.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, objetivando a designação de um Promotor Especial para acompanhar o caso que envolve a morte de Ezequiel Ribeiro de Lima.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) JOSÉ TAVARES

#### JUSTIFICATIVA:

Freqüentemente a opinião pública é assaltada por notícias a respeito de falecimento de motoristas de táxi.

Sempre batalhamos em defesa da causa dos profissionais do volante, solicitando providências concretas para que se dê um paradeiro nessas ocorrências.

Domingo à noite, houve um linchamento, durante o qual tombou o pedreiro Ezequiel Ribeiro de Lima, que alguns afirmam não ter sido o verdadeiro assassino do profissional Djair Antônio Pinheiro da Silva, encontrado morto, sábado.

Sobre ser de gravidade a ocorrência de linchamento, o assunto assume contorno mais grave com esta afirmativa.

Objetivando preservar a Justiça e os vários segmentos da sociedade envolvidos no presente caso, julgamos de bom alvitre a presença de um Promotor Especial para o presente caso, como forma de proporcionar as mais amplas condições de restabelecimento dos fatos verdadeiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ao Dr. OSVALDO COLIN, Digníssimo Presidente do Banco do Brasil, ofício solicitando:

1 — Início e conclusão urgente do prédio da nova agência

de Cascavel.

2 — Criação de sub-gerência ou gerência adjunta com poder de decisão, a fim de satisfazer as exigências atuais.

3 — Multiplicar a disponibilidade de verba para desconto de duplicatas permitindo assim real apoio à classe empresarial.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O crescimento real da economia municipal e sua influência regional impulsiona o progressivo aumento demográfico exigindo assim maior agilização no atendimento dos setores públicos e de crédito.

O avanço que a produção rural tem conquistado para a economia é conhecida amplamente pelo Banco do Brasil, principalmente porque é o agente de financiamentos que dão garantia a esse desenvolvimento.

O banco dispõe de área adequada para implantar agência compatível com as atuais necessidades e o número de funcionários hoje exigidos, não teriam condições de desempenho funcional esperado dentro das suas instalações, mormente com a instalação de postos avançados.

Por outro lado é mister e urgente, a necessidade de criação de uma sub-gerência ou gerência adjunta, com poderes de decisão, a fim de possibilitar o atendimento ao público a esse nível.

Simultaneamente, o crescimento dos negócios ligados à faixa industrial e comercial, alcançam proporções elevadas, mas encontram limitações no setor de crédito do Banco, face ao limite de verba deferido à agência. E isso cria estagnação e recessão econômica e financeira, com profundo reflexo social direto e indireto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a Sua Excelência urgentes reparos na Estrada do Cerne, trecho entre a ponte do Rio Assungui até o Município de Piraf do Sul.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

Nosso apelo se faz necessário devido ao péssimo estado de conservação daquele trecho, que está causando sérias dificuldades aos moradores da região, impossibilitando inclusive, o tráfego de caminhões carregados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL, solicitando daquela companhia a ampliação da rede elétrica na localidade de D. Rodrigo, no Município de Campo Largo, com extensão de aproximadamente 3.000 metros.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

A citada localidade é cortada pela linha de força da COPEL, que serve à Fábrica de Cimento Itambé, e, a ampliação acima requerida viria beneficiar cerca de 24 propriedades, conforme nos mostra abaixo-assinado anexo.

Existe ainda, a facilidade para a ampliação desta rede, pois que existe um transformador bastante próximo do local a ser beneficiado.

Visto o benefício que trará tal medida, urgem, portanto,

as devidas providências, para realizar o sonho daquela comunidade, a tanto esperado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidélino Tolentino. — (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Havendo declinado, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna, nesta tarde, Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, para fazer o registro, para que faça parte também dos Anais desta Casa, ao proceder a leitura da nota emitida pelo Presidente do Diretório Nacional do meu partido, publicada na imprensa escrita e falada, neste fim de semana.

Eis a íntegra da nota:

“Politicamente o MDB é a Nação, pois nas eleições de 15 de novembro de 78, cerca de 18 milhões de cidadãos, expressamente o credenciaram como a voz majoritária do Brasil.

O MDB como voz política da Nação, fala a seus homens, e mulheres, aos trabalhadores, aos estudantes, à Igreja, à Imprensa, ao Rádio e à Televisão, ao empresariado que não se alugou aos interesses internos e externos, aos escritores, aos artistas, às entidades de classe, nomeadamente aos sindicatos, à Ordem dos Advogados do Brasil, à Associação Brasileira da Imprensa, e à CNBB. Aos exilados, todos eles, para que se não omitam do dever, de defender o Partido que decididamente defendeu o seu resgate do ostracismo, porque ousou proferir a palavra ANISTIA, impronunciável e maldita pela opressão. Aos democratas, aos seus correligionários e dirigentes, para que mobilizem a Nação contra a impostura, realizando e comparecendo às concentrações e atos públicos e ocupem até a vigília, as tribunas partidárias. Apesar dos gastos proibitivos, marchem para Brasília, para o protesto vivo e físico, da sua presença e de suas manifestações, agigantando o dia da Convenção do MDB, no Dia Nacional da Nação a uma abertura que fecha partidos, fecha eleições, tranca salários, escancara-se para a inflação e arromba as portas da economia para as multinacionais.

Quando operários, estudantes, padres, jornalistas, artistas e militares, foram perseguidos, presos, torturados, assassinados, cassados e banidos, quando os veículos de comunicação foram censurados, o MDB não se aterrorizou com o temor, não se omitiu, não se calou, não se desonrou como cúmplice pelo silêncio covarde e conivente. Denunciou das tribunas e nas praças públicas, apontou à execução os responsáveis, visitou cárceres, condenou a rapinagem salarial, desmascarou a pantomima do milagre brasileiro, cotizou-se com sacrifício, para o socorro urgente a punidos sem emprego e sem dinheiro.

“Por isso a prepotência açulou contra o Movimento Democrático Brasileiro cães, cavalos, baionetas, cortes de energia elétrica em suas reuniões, o insulto de mercenários, centenas de cassações, inclusive de três líderes no Congresso Nacional — Mário Covas, Martins Rodrigues e Alencar Furtado — além de arrastar seu presidente nacional como réu subversivo às barras dos tribunais.

“Agora chegou a vez do MDB dirigir-se aos brasileiros e suas instituições, não para pedir votos, não para que lhe poupem críticas, mas para que não seja impune e silenciosamente assassinado por um governo não legítimo pelas urnas e por maioria formal e não popular.

A trama é clara, escandalosa e sinistra.

Pretextam criar novos partidos, extinguindo os existentes,

notadamente o da Oposição. Procrastinaram o envio de mensagem ao Congresso Nacional, para que o cancelamento dos partidos cancele de fato as eleições municipais de 15 de novembro de 1980, com a conseqüente e indigna prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores e a preservação intacta dos "Colégios Eleitorais", fabricados para vilipendiar a Federação com a imposição dos atuais e, como é de se temer, dos futuros governadores.

Por longos meses a "reforma" substituirá os partidos por blocos, que desestabilizarão o funcionamento do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais, com fidelidade e a disciplina partidárias cedendo vez à ciganice vadia e nômade do entra e sai nesses ajuntamentos, por decisão exclusivamente pessoal, tantas vezes irresponsável, egoísta e até inescrupulosa. (Lê):

"De cambulhada e como lambujem, ainda haverá recurso ao voto distrital, não como canal de circulação das opções eleitorais, mas como capanga na empreitada continuísta.

Nessa escalada, é transparente a premeditação da coincidência do término da tramitação da "reforma" no Congresso Nacional com o recesso do Poder Judiciário, a fim de que a Oposição tenha retardada a restauração de seu direito a sobreviver.

Os jornais, simpósios e revistas especializadas estão repletos de pareceres de consagrados juristas, testemunhando enfaticamente e sem controvérsia, que pela Carta Constitucional, pela Lei, pelo Direito, pela Justiça, pela Moral, pelo ultraje ao princípio republicano e representativo, pelo precedente contra as liberdades públicas, o projeto arbitrário não pode sequer ser recebido pelo Congresso Nacional, quanto mais por ele aprovado.

"Sob a imprecação de que a maioria pode tudo, mesmo contra o Direito e a Justiça, querem impatrioticamente perfilá-la como um pelotão de fuzilamento para arcabuzar a Oposição no Brasil, a atual ou as que futuramente se organizarem desde que constituam alternativa política contra os que assaltaram o poder.

O Congresso Nacional é a esperança. Não é a cocheira do Planalto e os senadores e deputados não são seus cavaleiros.

O Congresso Nacional é, deve ser, esperamos que seja, a casa de homens livres lutando por uma Pátria livre."

Era esta a nota, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fiz questão de proceder a leitura desta tribuna, para que fique registrada, nos Anais desta Casa, a violência do Governo com esta sua Mensagem de reformulação partidária, que visa, única e exclusivamente, exterminar com as forças de oposições brasileiras.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tendo em vista a divulgação de que o Governo Federal irá reajustar o salário-mínimo de 22%, a partir de 1.º de novembro, daqui a uma semana, aproximadamente, nada mais, nada menos do que 14 das 15 tabelas de vencimentos que acompanham a Mensagem 143/79, já estarão superadas, desde que o Governo do Estado permaneça firme em sua disposição de fixar o valor do PAS em 25% do salário regional, salário-mínimo, o qual deverá sofrer reajuste como já dissemos, de 22%, aproximadamente.

Assim, "a generosidade dos 67%", poderá ser apregoada pelo teto jamais alcançado em toda a história do jogo de números do Estado, ou seja, o suposto vencimento básico do servidor que recebe pelo nível 1, conforme alquimia descrita na lei,

passará a somar Cr\$ 2.991,00 mais Cr\$ 542,00, atingindo um pseudo-total de Cr\$ 3.533,00 e o pseudo-aumento de 72,4%. Aliás, descritos em colunas perfeitamente disponíveis, de constatarem nas tabelas, enquanto permanecer o abominável § 3.º do art. 1.º, que as torna inócuas.

Em suma, estarão inutilizados, também, os quatro gráficos que ilustram a Mensagem, ainda que o 1.º deles não traduza a verdade, pois já provamos, desta tribuna, que não houve aumento maior do que 42% no vencimento básico de qualquer funcionário público do Estado, exceção feita aos eminentes senhores magistrados.

Salvo se o Governo se conscientizar e resolver, numa atitude de bom-senso e oportunidade, mandando suprimir o § 3.º do art. 1.º, que determina que o PAS não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem.

A remessa de Mensagem Complementar, a 143/79, que trata do reajuste dos vencimentos, torna-se obrigatória diante desses fatos apontados, para que sejam tomadas outras medidas paralelas, a reformulação das tabelas contidas nos Anexos, tais como o reajuste da gratificação de produtividade concedida aos magistrados a título de representação, pela Lei n.º 7.113/79, e a adequação do valor do salário-família nas bases do Servidor Público Federal.

Entendemos que, tais confusões na Lei do Aumento podem ser fruto da pressa em o Governo querer acertar, e que, se a real intenção do Governo do Estado e do Secretário de Recursos Humanos for no sentido de conceder o aumento nos percentuais ou dos percentuais divulgados, não haverá, neste caso, melhor oportunidade para demonstrar esse intento, corrigindo as distorções apontadas com a remessa da Mensagem Complementar.

A bem da verdade, para terminar, Sr. Presidente, convém salientar que já existia neste Parlamento, um salutar diálogo entre este Poder e o Secretário de Recursos Humanos, quando participava de debates nesta Assembléia, o eminente Secretário Gastão de Abreu Pires, especificamente nos casos da lei do extraordinário nas férias, tempo integral e outras que realmente beneficiaram o servidor público estadual. Desta maneira cordial com que mantivemos o primeiro contato com o atual Secretário, esperamos que as críticas formuladas ao projeto de aumento não sejam uma fuga e uma razão para que o Governo não atenda os apelos que temos feito insistentemente, desta tribuna, e também por serem apontados pela Oposição, não venham a ser entendidos como agressão pura e simplesmente, de forma simplista. O que queremos, é que o Governo atue de uma forma a ajustar as medidas que realmente puguem sua filosofia, a do encontro ao homem.

Nós queremos e pedimos, insistentemente, que, Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado de Recursos Humanos perfilie a trilha de prestar — não prestar somente como finalidade de prestar uma homenagem ao servidor — com justeza, uma salário adequado, com bases fundamentadas no encontro do Estado, com o Homem!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para não deixar sem resposta a observação feita pelo Deputado Fidelcino Tolentino sobre uma possível majoração do salário-mínimo a partir de 1.º de novembro, devo dizer que o próprio Plano de Lei encaminhado a esta Casa pelo Poder Executivo, estabelece que, em toda e qualquer alteração do salário-mínimo, haverá uma alteração proporcional na parcela adicional social.

Então eu não entendo porque esse tipo de preocupação do Deputado Fidelcino Tolentino, como que a insinuar ou a afirmar que já a partir de 1.º de novembro poderia haver uma

defasagem salarial, o que na verdade não irá acontecer.

Mas, quero me reportar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao 25.º aniversário da fundação de uma das grandes companhias do Estado do Paraná, responsável pelo processo de industrialização deste Paraná — a COPEL.

E devo dizer que, há alguns anos atrás, e mais precisamente no primeiro ano de Governo Ney Braga, já se ensaiava no Paraná a deflagração de um processo de industrialização e a época esbarrava este Estado, na grande dificuldade que era a ausência de energia elétrica para o atendimento dessa deflagração industrial.

Lembro-me também de que Curitiba vivia grande parte da noite às escuras e às vezes as suas necessidades eram supridas por estações de emergência, principalmente uma montada no Bairro do Capanema.

(Lê): "Durante a recente votação da autorização legislativa concernente aos novos objetivos da COPEL, como Companhia de Energia, esta Casa reiterou o seu reconhecimento aos significativos serviços prestados pela citada Empresa em benefício da comunidade paranaense.

Considero, pois, gratificante o meu dever de — como paranaense — homenagear a COPEL que no próximo dia 26 estará completando 25 anos de atividades marcadas pela construção de grandes obras e pelo eficiente atendimento aos usuários de energia elétrica do Paraná.

Em particular, assinalo sua louvável preocupação quanto a problemática energética nacional, comprovada pelo alargamento de seus objetivos sociais com vistas a que suas atividades se estendam a exploração de outras formas de energia, especialmente quanto à utilização de fontes alternativas em substituição aos derivados de petróleo.

É oportuno recordar, portanto, que no primeiro lustro de existência, a COPEL engatinhava: modestas foram as conquistas porquanto insuficientes eram os recursos financeiros destinados pelo Estado ao setor elétrico.

Foi, o Governador Ney Braga — ao assumir pela primeira vez o Governo do Estado em 1961, e já demonstrando sua alta sensibilidade em relação aos problemas paranaenses — quem equacionou a expansão do setor elétrico em nosso Estado, mediante um efetivo planejamento e a adoção de medidas revitalizadoras.

De fato, desde então, a COPEL mostrou-se cada vez mais eficaz e operosa e, em consonância com as determinações governamentais, passou a atender mais adequadamente às exigências do consumo de energia elétrica e a minorar as grandes deficiências da eletrificação em todo o Estado.

No período de 1961 a 1970 multiplicaram-se as obras executadas pela COPEL: dentre as concluídas naquela década — além de outras menores — destacam-se as hidrelétricas de Figueira, Mourão I, Salto Grande do Iguaçu, Foz do Chopim (Usina "Júlio de Mesquita Filho") e Capivari-Cachoeira (Usina "Governador Parigot de Souza").

A propósito, cumpre-me salientar a justa homenagem representada pelo nome dessa Usina, pois o saudoso professor Pedro Viriato Parigot de Souza foi o responsável direto pelo grande crescimento da COPEL.

A ampla visão administrativa desse ilustre paranaense levou-o a constituir o quadro funcional da Empresa com valiosos profissionais, os quais vêm dando continuidade à ação em favor do desenvolvimento econômico e social do Paraná.

Cabe-me frisar, ainda, que o seu atual Presidente, Engenheiro Douglas Souza Luz — embora tendo deixado cargo de Diretor da ELETROSUL para retornar a COPEL — fez parte daquela equipe criada por Parigot de Souza, e seus companheiros de Diretoria são todos destacados funcionários da Companhia.

A construção da Usina Hidrelétrica de Salto Osório — com

1.050 MW de potência final — foi delegada a COPEL, porque no início da presente década a empresa paranaense já havia acumulado tecnologia e experiência que a habilitavam a realizar obras de tal envergadura.

Com essas importantes realizações, o perfeito acompanhamento das necessidades de consumo urbano e significativo esforço de eletrificação rural a empresa atingiu sua maturidade e adquiriu o grande conceito que hoje desfruta em âmbito nacional.

Como prova desse reconhecimento, a COPEL recebeu, em 1973, concessão para construir a Usina de Foz do Areia, com potência final de 2.511 MW. A hidrelétrica, que deverá entrar em operação no próximo ano, é um retrato vivo do avançado estágio da engenharia brasileira. Suas unidades geradoras são as maiores já instaladas no País; seu pórtico, de 800 toneladas, é o maior do Brasil e um dos maiores do mundo; sua barragem é a primeira do País e a mais alta do mundo, no gênero.

O mercado de energia elétrica do Paraná — em consonância com o desenvolvimento do próprio Estado — cresce, entretanto, a elevadas taxas, exigindo a duplicação da oferta de eletrificação de 5 em 5 anos.

Enormes são os desafios, mas a previsão e o trabalho são as ferramentas para superá-los.

Ademais, a experiência e a capacidade dos profissionais que têm dirigido a COPEL, e os novos rumos que lhe estão sendo abertos pela visão de Ney Braga, permitem a Empresa, e ao Estado, ver o futuro com confiança e otimismo.

Nesse sentido, ressalto que nas "Diretrizes Globais" do atual Governo, para o período 1979/83, é enfatizada a ação do Estado na construção de usinas hidrelétricas e definido o potencial do Rio Iguaçu prioritário para esse fim.

Assim, como que coroando seus 25 anos, a COPEL obteve a concessão para construir, no Rio Iguaçu, a Usina de Segredo, conforme foi anunciado pelo Presidente João Figueiredo, durante sua recente visita a Foz do Areia.

Desejo frisar a grande importância desse acontecimento e, especialmente, reconhecer a liderança que vem caracterizando a conduta do Presidente da República na direção dos destinos do Brasil.

De empreendimento a empreendimento, voltamos a afirmar, torna-se cada vez mais importante a função que a COPEL desempenha no Paraná e no Brasil, sobretudo quando atravessamos uma época de incertezas, em que os problemas energéticos passam a representar motivo de preocupação para quase todas as nações.

Assim, além da construção de importantes usinas e de começar a aparelhar-se para atuar em outros campos de energia, a COPEL continua seu trabalho com vistas a expansão e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição da energia elétrica.

Em particular, assinalo sua louvável preocupação quanto a problemática energética nacional, comprovada pelo alargamento de seus objetivos sociais com vistas a que suas atividades se estendam à exploração de outras formas de energia, especialmente quanto à utilização de fontes alternativas em substituição aos derivados de petróleo.

Assim, além da construção de importantes usinas e de sua estruturação para atuar como empresa de energia, a COPEL continua seu trabalho com vistas à expansão e melhoria dos sistemas de transmissão e distribuição da energia elétrica.

A Empresa atende cerca de 850.000 usuários. A cada mês são efetivadas aproximadamente 10.000 novas ligações, prevendo-se, para 1980, a possibilidade de alcançar a significativa marca de um milhão de ligações.

Assim, ao ensejo da proximidade do 25.º aniversário da COPEL, quero deixar consignado o meu voto de louvor aos homens que a dirigiram no passado e aos que a dirigem hoje,

pela grande contribuição da COPEL ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil."

Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência que considere lido este pronunciamento, que trata do 25.º ano de vida da COPEL, uma empresa que atende hoje, no Paraná, 850 mil usuários, sendo que a cada mês são efetivados aproximadamente dez mil novas ligações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Defiro o pedido de Vossa Excelência.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê: "Os dias 12 a 21 do corrente foram altamente auspiciosos para o Município de Toledo — Ocorreram, nesse período, os JOGOS ABERTOS DO PARANÁ (XXIII JAPS), dos quais compartilharam milhares de atletas, movimentando a cidade inteira, e despertando-lhe cada vez mais, o entusiasmo pelas competições esportivas.

E esta prática sadia, fundamental para o aprimoramento do corpo e do espírito, estimulante do entrelaçamento de amizades e da consolidação do respeito e de todas as qualidades do homem, com o seu desenvolvimento cada vez mais acentuado, neste país de jovens, formará no Brasil inteiro uma sociedade ímpar.

Não nos compete trazer a esta tribuna a indicação das equipes vitoriosas, mesmo porque a vitória ou a derrota, com as suas características próprias, trazem em seu bojo uma particularidade comum, muito digna e plena de nobreza: COMPETIR. A frase lapidar do Barão de Coubertin, quando se realizaram os primeiros jogos olímpicos, traduz a grandeza das competições esportivas: "O importante não é vencer, É COMPETIR".

A Prefeitura Municipal e a comunidade toledana não mediram esforços para que os JOGOS ABERTOS DO PARANÁ se revestissem do maior brilhantismo possível, e, assim corresponderem, de um lado, à escolha da cidade de Toledo para sediar o Vigésimo Terceiro JAPS, e, de outro lado, à confirmação, já tradicional, de ser excelente anfitrião.

O Prefeito Municipal, Sr. Duílio Genari, nos meses precedentes e no período dos jogos, com a sua conhecida capacidade de trabalho e dedicação, exerceu uma atividade constante e tomando medidas cuidadosas para o mais perfeito entrosamento, juntamente com a Comissão Central e Organizadora.

Esta, sob a Presidência do Vereador Jair Frasson, grande batalhador e incentivador dos JAPS. Igualmente, servidores da Prefeitura Municipal e elementos da comunidade colaboraram entusiasmamente para o mais perfeito êxito dos jogos.

O oeste, em massa, afluíu para Toledo, trazendo o calor do seu entusiasmo e prestigiando a cidade e os poderes constituídos do Município. E todo este conjunto de operações em grupo, de ações pessoais e de trabalho bem coordenado, compuseram a bela festa esportiva de Toledo."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O MDB do Paraná, através de seu Diretório Regional, emite hoje uma nota de protesto contra a pretendida violência do Governo Federal em extinguir o partido que nas últimas eleições obteve o apoio expresso da maioria do eleitorado brasileiro.

O exercício do arbítrio e a prática continuada da violência, levaram os homens do Governo a mais completa insensibilidade moral. Vestibulandos reprovados de Maquiavel, exibem despudoradamente à Nação, a láurea conquistada na academia

de Dön Corleone, de que são exemplos:

— A prorrogação do mandato do ex-Presidente Castelo Branco.

— As eleições indiretas através de um processo vergonhoso e ilegítimo.

— A suspensão de direitos políticos e as cassações de mandatos, inclusive transformando minorias em maiorias nos colégios eleitorais, como ocorreu no Rio Grande do Sul.

— A Lei Falcão.

De casuísmo em casuísmo, os juristas de aluguel, inquilinados no Palácio do Planalto, chegaram ao "Pacote de Abril", retrato ético de um regime que a Nação repudia por todas as suas correntes de opinião. Com o "Pacote", fecharam e envergonharam o Congresso, incitizando o Senado por bionicidade, num insulto à consciência jurídica nacional.

Batendo em retirada, sob a pressão popular, o Governo revogou o AI-5 e teve de aceitar uma anistia que, mesmo parcial, não deixou de significar uma vitória das oposições brasileiras.

Retornam agora os juristas oficiais, desta vez com o projeto de reformulação partidária, cuja finalidade maior é extinguir o partido da Oposição, imbatível no confronto das urnas. Em consequência, seriam adiadas as eleições de 1980 para que, em 1982, com os mesmos colégios eleitorais de 1978, sejam redistribuídos os feudos em que transformaram os Estados de nossa extinta Federação.

A Reforma Partidária, portanto, nos termos em que está posta, consiste na continuidade daqueles que, há longo tempo no Poder, infelicitaram a Nação.

Em tais circunstâncias, o MDB do Paraná vem somar a sua voz e o seu protesto à manifestação justa e indignada do Deputado Ulisses Guimarães, Presidente Nacional do Partido, hipotecando-lhe integral solidariedade e formando ao seu lado na luta contra a extinção de nossa legenda.

Fiéis ao programa do MDB, advogamos o pluripartidarismo, desde que nascido de um projeto sério, que possibilite a cada segmento da sociedade brasileira organizar-se de forma livre e segundo a sua tendência.

Respeitamos o direito alheio, mas queremos e exigimos respeito ao nosso. Implica isto na manutenção do MDB. E com esse propósito o Diretório Regional do Paraná lutou com todas as forças de que dispõe, arregimentando as suas bases e valendo-se das tribunas que o povo nas urnas lhe conferiu.

O Governo perdeu o respeito popular e o povo perdeu o medo do Governo. A História registra que quando isto ocorre — e existem exemplos recentes de situações análogas — o comum não é o Governo destituir o povo, mas o povo recolocar-se no centro das decisões nacionais, pois só ele é fonte legítima do Poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Baseado no Artigo 20 do Regimento Interno, suspendo a sessão até que se preencha a Primeira Secretaria.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está reaberta a presente sessão.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na Câmara Municipal de Ponta Grossa, denúncia de ação contra os interesses do povo.

(Lê: "Solicito seja inserido nos Anais desta Assembléia, o pronunciamento do Vereador Joel Lopes da Silva, do Movimento Democrático Brasileiro - M.D.B., proferido no dia 17 de outubro de 1979.

"Retiramos da Ordem do Dia, na reunião passada o Anteprojeto de Lei n.º 80/79, que autoriza o Poder Executivo a

comprar uma área de terra de aproximadamente 80 mil metros quadrados da CIDEP e posterior doação à Maltaria Campos Gerais S/A.

Retiramos o anteprojeto porque várias indagações relevantes nos vieram à mente, sem que obtivéssemos respostas satisfatórias. E se temos o poder de tomar uma decisão, pela aprovação ou não, nos parece lógico sabermos o que estávamos votando.

Confessamos que, o que nos chamou a atenção foi se era possível o Sr. Prefeito solicitar a compra de uma gleba de terra de uma Companhia, onde ele próprio é acionista, conseqüentemente tem interesses, visa lucros.

A Prefeitura entregou essa gleba de terra à CIDEP como parte de integralização de capital e se existe diferença, a maior, — está havendo lucro — e que se beneficia desse lucro? Naturalmente, os seus acionistas, onde se encontra incluído a pessoa física do Sr. Prefeito Municipal. Se não há impedimento legal, deve ser considerado o impedimento ético, o impedimento moral.

A Coopersul recebeu através da Lei n.º 3044, de 6/7/78, dez alqueires de terra, com a condição de que, decorrido o prazo de um ano, deveria, pelo menos, iniciar a construção de um complexo industrial; várias correspondências foram enviadas pela Coopersul à Prefeitura, informando de que estava sendo feito, inclusive, existe uma resposta da Prefeitura, de posse dos diretores da Coopersul, do então secretário de Economia, dizendo da satisfação pelo desenvolvimento do complexo industrial. Foram perfurados durante o período dois poços artesianos, com despesas aproximadas de Cr\$ 500 mil. Transcorrido o prazo de um ano a Prefeitura pura e simplesmente transferiu a gleba doada à Coopersul para a CIDEP, a fim de integralizar sua parte junto aquela Companhia. Não houve um contato, sequer, com a Coopersul. Não houve diálogo. O atual anteprojeto (n.º 80/79) foi elaborado pela Prefeitura, sem o conhecimento ou participação da Maltaria Campos Gerais S/A. Inclusive, pelo que nos disseram os diretores da Coopersul, a área de terra — 80 mil metros quadrados — à estipulada, como doação, não é suficiente em face de futuras expansões e perfurações de mais dois poços artesianos. Portanto, a doação de 80 mil metros quadrados é inviável para a instalação da indústria.

2 — O anteprojeto 80/79 que se encontra nesta Casa prevê, também, a doação de terreno, somente após a aprovação pelo BRDE do projeto e demais aprestos. Esta cláusula inviabiliza também a construção do complexo industrial, pois os financiamentos serão concedidos por mais de uma entidade financeira.

3 — O projeto inicial feito pela Maltaria Campos Gerais S/A., designava Ponta Grossa para sua localização. Posteriormente, fizeram um estudo da possibilidade de instalarem no município de Palmeira, pois com a revogação da doação da gleba de terra à Coopersul, e sua exigência de que não mais haveria doação, mas sim venda, sentiram vantagens diversas nessas transferências para Palmeira, estando atualmente com 80 por cento de favorabilidade para que a Maltaria se instale em Palmeira. Primeiro, porque a Prefeitura de Palmeira já doou, pela Lei 946, de 4 do corrente, a área de terra; segundo, porque as características hidrográficas e técnicas são vantajosas, faltando apenas a palavra final de parte da equipe de engenharia.

Senhores Vereadores: o anteprojeto que ora se encontra tramitando nesta Casa, se aprovado, já nasce morto, porque é inviável a sua aceitação, por parte da Maltaria Campos Gerais S/A. Daqui a um ano, a gleba de terra será revertida novamente à Prefeitura, pois, sequer, tomarão conhecimento de sua doação conforme nos informaram.

Necessário se torna, senhores vereadores, um diálogo aberto e elevado com os dirigentes daquela indústria, vendo se ainda

podemos salvar a situação, evitando-se o êxodo dessa importante indústria para outro município.

Sugiro, Senhor Presidente, Senhores, a constituição urgente de uma Comissão de Vereadores para, juntos, encontrarmos o melhor projeto, o que beneficie e viabilize a instalação da indústria, uma vez que o atual é perda de tempo.

Sugiro, Senhor Presidente, Senhores, a situação, da discussão do Anteprojeto 80/79 pela sua viabilidade. De nada adianta aprovarmos algo que não vai ter efeito algum.

Finalizo, lamentando apenas que estejamos fazendo, neste Plenário, o papel de inocentes úteis de interesses que não são os do povo."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Cyro Martins.

Tendo Declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cumpro nesta tarde, um dever indeclinável, o de deixar registrado nos Anais da Casa, o seguinte:

(Lê): "Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Ministério Público, através seu Douto Promotor na Comarca de Barbosa Ferraz em 03 de outubro de 1979, ofereceu denúncia contra o Prefeito daquela cidade, Sr. Odílio Balbinotti, pelo evidente indício de cometimento de delitos comuns e de responsabilidade.

De acordo com a documentação que basila a denúncia, o denunciado na qualidade de Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz — apropriou-se e utilizou-se, em proveito próprio e de sua família, de bens e serviços de funcionários de administração pública, como segue: quando da construção da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, em fins de 1978 e meados do corrente, o denunciado retirou, por si e através de seus familiares, usando funcionários e veículos públicos diversos materiais (areia, cimento, ferro e outros), que foram usados na construção de obras particulares do denunciado e de sua família, sendo conhecidos: uma piscina em um sítio na estrada São Judas, no Município, e a construção de um muro em sua residência particular na cidade de Barbosa Ferraz, utilizando-se, ainda, nestas edificações, de mão-de-obra de funcionários da Prefeitura Municipal, os documentos acham-se anexos ao processo.

Também, foi constado pelo cidadão Joaquim Alves da Silva, residente no Município de Boa Esperança, o denunciado enviou carga, usando de veículo (caminhão) do Poder Público Municipal, até a Fazenda Ana Nery que possui naquele município pertencente à Comarca de Campo Mourão, distante da cidade de Barbosa Ferraz aproximadamente 120 quilômetros.

Em agosto do corrente o denunciado compareceu ao almoxarifado da Prefeitura Municipal desta cidade onde momentos antes mandara reunir todos os funcionários daquele setor, e fazendo uso da palavra disse que todo e qualquer funcionário que procurasse alguma autoridade para assegurar seus direitos trabalhistas, seriam demitidos. O que aconteceu com os operários Joaquim Rodrigues Pereira e João Alves Moreira, que ao procurarem o Ministério Público, para que fossem registrados e tivessem seus direitos assegurados foram sumariamente despedidos.

Abusando ainda do cargo, deixou o mesmo de fornecer informações e documentos requeridos pelo Vereador e cidadão autor da "notícia criminis", conforme requerimentos protocolados no departamento próprio, n.ºs 1130, 1131, 1134 e 1135, referentes ao contrato com a firma "Altair Afonso", que teria, indevidamente, ganho a concorrência para a pavimen-



tação asfáltica da cidade; a relação de nomes dos funcionários municipais, com suas funções, situação empregatícia, nível de salários etc., a cópia do termo e documentos de licitação para aquisição de dois veículos marca "Toyota", pela prefeitura municipal e documentos relativos a aquisição de madeiras para construções de obras da administração. Todos os requerimentos foram respondidos pelo denunciado com o seguinte despacho: "Indefiro por falta de apoio legal à pretensão do requerente.", quando deveriam ter sido respondidos na forma da lei.

Outrossim, infringiu, ainda, o denunciado o artigo 2.º da Lei Federal n.º 6.454, de 24/10/77, ao mandar inscrever o seu nome em placas indicativas de obras e em veículos públicos, fato, aliás, que independe de prova material nesta oportunidade, por ser notório e de conhecimento geral.

Destarte, denuncio o Sr. Odílio Balbinotti, Prefeito de Barbosa Ferraz, como incurso nas sanções do Art. 1.º, incisos I, II e XV, do Decreto-Lei 201, de 27/02/67; artigo 203 do Código Penal (frustração de direito assegurado pela lei trabalhista) e artigos 2.º, 4.º da Lei 6.454, de 24/10/77, pelo que requeiro a Vossa Excelência, a inauguração de Ação Penal Pública cabível aplicando preliminarmente o que dispõe o artigo 2.º e incisos do Decreto-Lei 201/67 após o que estabelece o Código de Processo Penal no rito do Procedimento Comum do Juízo Singular, citando-se o interrogado a fim de que se veja processar até o final julgamento e condenação e perda do cargo com demais decorrências, § 1.º e 2.º do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 201/67, e art. 4.º da Lei Federal 6.454/77, tudo sob pena de revelia.

Diz o Decreto-Lei 201/67:

"Art. 1.º — São crimes de responsabilidade, dos prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores:

I — apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II — utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

XV — deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais dentro do prazo estabelecido em lei."

Essa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a denúncia que o douto representante do Ministério Público daquela Comarca, fez contra o Sr. Odílio Balbinotti, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, que é mais um donatário a abusar de seu cargo em detrimento da sua comunidade.

Sem dúvida alguma, um reflexo do sistema político implantado na Nação brasileira.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que Vossas Excelências se localizem no fato ora denunciado, gostaria também de ler, desta tribuna, o termo de acordo trabalhista feito pelo Sr. Prefeito Municipal com alguns funcionários da Comarca de Barbosa Ferraz, município que nesta Casa também represento, humildemente.

"Nós abaixo-assinados, espontaneamente concordamos em receber do Sr. Prefeito Municipal, Odílio Balbinotti, como representante da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, as importâncias abaixo discriminadas, como também autorizamos e concordamos com o Dr. Promotor de Justiça de pedir a desistência da Ação Trabalhista proposta na Comarca de Barbosa Ferraz contra a Construtora Ivaiporã Ltda. autos n.º 150/79, onde são requerentes Antônio Francisco de Carvalho, Rubens Rodrigues Clemente e Ailton Souza.

Relação dos empregados e quantias recebidas:

- |   |               |
|---|---------------|
| 1 — Antônio Francisco de Carvalho . . . . . | Cr\$ 3.000,00 |
| 2 — Rubens Rodrigues Clemente . . . . .     | Cr\$ 5.000,00 |
| 3 — Ailton de Souza . . . . .               | Cr\$ 5.000,00 |
| 4 — José Bernardo da Silva . . . . .        | Cr\$ 5.000,00 |
| 5 — Ataíde Gomes da Rocha . . . . .         | Cr\$ 5.000,00 |
| 6 — José Marques da Silva . . . . .         | Cr\$ 5.000,00 |
| 7 — Osmar Aguiar . . . . .                  | Cr\$ 6.000,00 |

Total . . . . . Cr\$ 34.000,00

Assim pelo presente, os reclamantes acima relacionados dão destas importâncias recebidas plena quitação, neste ato, perante o Dr. Promotor Público."

O que estranhamos no entanto, Sr. Presidente, Senhores Deputados, não é o recibo de quitação que lemos desta tribuna, mas quem o pagou, que foi o Prefeito Municipal quando era devedora a Firma Construtora Ivaiporã Ltda., isto deixa por certo, dúvidas quanto a lisura do pagamento ora efetuado.

Mas, o Sr. Odílio Balbinotti, por seu advogado apresentou como determina a lei, a defesa prévia em data de 12 de outubro de 1979.

E hoje vimos a essa tribuna para dizer aos nobres Senhores Deputados que em data de 18 de outubro de 1979, o Excelentíssimo Sr. Mário Borges da Silva, MM. Juiz de Direito da Comarca de Barbosa Ferraz, aceitou a denúncia vazada nos seguintes termos:

1 — Desacolho a resposta preliminar e recebo a denúncia;

2 — Marco o interrogatório do réu para o dia 20 de novembro próximo vindouro às 14:00 horas;

3 — Cite-se;

4 — Deixo de Decretar a prisão preventiva do réu, por ser ele por presunção, primário, tem residência, propriedades e família, como é notório, que o fixam à sede do Juízo, não estando dessa forma, a instrução criminal, a exigir a custódia prévia;

6 — Deixo de determinar o afastamento de Odílio Balbinotti, do cargo de Prefeito Municipal da cidade de Barbosa Ferraz, por entender, que a sua continuidade no exercício do cargo que ocupa, não irá prejudicar em excesso, a instrução do processo; para evitar maiores celeumas político-administrativas, com reflexos danosos aos interesses da municipalidade e finalmente, por considerar, no caso em exame, como inoportuna a medida;

7 — Ciente o Ministério Público — Intime-se.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais uma vez cumprimos, desta tribuna, um dever que o povo nos delegou para que denunciássemos tudo aquilo que fosse de irregular, porque os administradores que hoje campeiam neste País, nem todos mas que têm as benesses do Poder estão aí a campear corrupção, a usar o dinheiro do povo em proveito próprio.

Outro caso que se identifica lamentavelmente com Umuarama, com Cruzeiro do Oeste, e hoje está surgindo este de Barbosa Ferraz. Daí esperarmos que a justiça seja feita para que os municípios daquele rincão do Paraná não sejam sacrificados, não vejam os seus impostos que estão lá recolhidos que teriam que ter obras públicas em devolução, sejam desviados em proveito próprio daquele administrador.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Darcy Deitos, o Deputado levanta realmente um problema sério, que para esta Casa não é novidade porque a corrupção começa lá em cima e quando ela se instala em Brasília, ela se esparrama em todos os níveis, estadual, municipal.

É verdade que o exemplo é dado lá de cima. Esse golpe militar de 64 que tinha quase que fundamentalmente dois propósitos, de estirpar a subversão e a corrupção, a verdade é que de 64 para cá nós tivemos a corrupção incorporando, crescendo, tomando um volume realmente incontável hoje.

Em todas as esferas, em todos os setores, é primeiro escalão, é segundo escalão, é terceiro escalão. E quando o exemplo da corrupção vem lá de cima, dos Shigeaki Uekis da vida, dos Delfim, dos Andreazza, dos Golberys, é evidente que os filhotinhos aprendem rapidamente a lição de como roubar sem fazer força. Infelizmente, enquanto neste País não se tiver seriedade e honestidade no trato da coisa pública, não vamos al-

cançar nada em termos de liberdade democrática neste País.

O que falta efetivamente, aos homens públicos, é seriedade, é honestidade. Enquanto aqueles que cuidam das coisas públicas não tiverem uma linha de seriedade, dificilmente nós poderemos alcançar as coisas que nós pregamos, tudo aquilo que nós desejamos a este país viúvo da América do Sul, que é o Brasil.

Vossa Excelência levanta o problema de Barbosa Ferraz, como aqui já foram levantados outros casos idênticos, em Prefeituras. Hoje se rouba abertamente, não é só Barbosa Ferraz, em muitos outros municípios, em todos os níveis. É uma corrupção incontornável, mas o exemplo vem de cima. Enquanto o Sr. João Baptista anda em campo de futebol, tomando água de coco, indo a festas, fazendo ginástica, parece que não tem tempo de observar e tomar medidas enérgicas e drásticas com relação a corrupção neste País.

A culpa vem de cima. Do quinto Presidente do Golpe Militar, Sr. João Baptista de Figueiredo. Lá, de lá vem o exemplo. E quando o rato maior não manda na casa, os ratos ficam à vontade. Este é o problema neste País, a falta de seriedade, a falta de honestidade. Que o Presidente deixe de ir a festas, deixe de ir a campo de futebol, deixe da sua ginástica, de seu hipismo e cuide um pouco mais, como bem frisou o Senador José Richa, — basta de brincadeiras, João! O povo está cansado, está saturado! Destas promessas e destas artimanhas de se tentar popularizar quem o povo não gosta, quem o povo não quer, quem nunca foi popular.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Fiori Luiz. Vossa Excelência disse muito bem, começa lá em cima, eles são um reflexo do sistema implantado após 1964, que foi implantado para acabar com a corrupção. E a corrupção campeia neste Estado como campeia em todos os Estados da Federação. Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Lineu Turra — Muito obrigado nobre Deputado Darcy Deitos.

Quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer o problema ao conhecimento desta Casa, como nós também já trouxemos ao conhecimento da mesma uma situação idêntica com o município de Laranjeiras do Sul, em que o Prefeito também está praticando os mesmos desmandos e abusando daquilo que é do povo.

Disse muito bem o Deputado Fiori Luiz, quando o exemplo não é dado lá de cima, é evidente que aqui aqueles que seguem o seu chefe praticam os mesmos desmandos, os mesmos atos. Veja bem que aqui, neste País, de uns tempos para cá se passou a premiar os corruptos, como se premiou Paulo Malluf com o Governo de São Paulo; como se premiou agora, recentemente, Arnaldo Prieto, denunciado pelas mordomias, lhe dando um cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União; como se premiou Haroldo Leon Peres, que depois de ter sido denunciado aqui, lhe deram um diploma para ir passar dias gostosos no Rio de Janeiro.

É isto que está acontecendo no Brasil.

Agora, vem esta famigerada proposta de reforma partidária, que é mais um aceno à corrupção, porque inclusive está aí uma flagrante contrariedade aos princípios morais, quando se diz que as empresas poderão participar financeiramente dos partidos políticos e abatendo as suas contribuições do Imposto de Renda ou fórmula clara que o Governo foi e pretende encontrar, para suas beneficiárias, aquelas que têm a sua rentabilidade através dos cofres públicos, participarem e serem até coagidas a participar com a sua contribuição para o partido oficial. É isso que está acontecendo e é isso que vai acontecer, dias negros de corrupção, violência e toda sorte de desmandos se praticaram neste País e nós vemos com tristeza que o futuro não será melhor.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Vossa Excelência coloca muito bem, eminente Deputado Lineu Turra, que está aí esta famigerada proposta indecorosa, imoral e indecente do Governo Federal, que é o seu projeto de reforma partidária. Mas um projeto na sua vertical; que tem o único objetivo: de, sabendo o Governo de que nas próximas eleições majoritárias de 82, o MDB seria vitorioso nas urnas, ele, como aquele time prepotente e poderoso, lá do interior do rincão do Brasil, que, quando está perdendo, toma a bola e leva a bola para casa, porque o outro time não pode vencer. Assim faz o Governo impondo condições absurdas no seu projeto de reforma partidária. Dizendo até mais: — que deverá ter três ou quatro, conquanto que é notório das dificuldades para se fazer um partido. O MDB levou mais de 12 anos para adquirir maioria e adquirir a confiança do povo brasileiro. E eis que o Governo, jogando um prazo de oito meses para esta reforma partidária, irá sem dúvida alguma, mais uma vez, perpetuar a corrupção e o desmando nesta Nação, usando os cofres públicos, Federal, Municipal e Estadual, para fazer o seu partido, o chamado Arenão. E nós teremos, que mais uma vez, andar de água em água, de sítio em sítio, de cidade em cidade, dizendo para o povo da falcatrua, da mentira, que é esta reforma do Governo, que quer impingir à Nação Brasileira.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas para complementar aquilo que nós levantávamos, da falta de seriedade, da falta de honestidade neste País, a colocação mais feliz, feita nos últimos anos, efetivamente foi a do Presidente Charles de Gaulle, de que este País, viúvo da América do Sul, não é um país viúvo sério. E apenas para citar que a corrupção está em todos os níveis, em todas as esferas, federal, municipal, estadual, aquela história, que o povo brasileiro conhece, apenas para exemplificar, do Sr. Calmon de Sá, quando Presidente do Banco do Brasil, soltou um cheque, me parece de 200 milhões, sem fundo, do Banco dele, que era proprietário, do Banco Econômico, o Banco do Brasil acabou pagando este cheque sem fundo e o Calmon acabou Ministro do Governo.

Então é o que eu digo — se você tiver que soltar amanhã, num aperto que é normal a todos nós, não solte um cheque sem fundo de 10 mil cruzeiros, nem de um milhão, solte de 200 milhões, que você pode até acabar Ministro, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — É, Vossa Excelência coloca muito bem. Nesta Nação, nesta pseudodemocracia em que hoje nós vivemos, basta ser agradável aos detentores do Poder, que você pode fazer tudo, mas para os inimigos o rigor da lei.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era este o registro que eu queria que fosse inserido nos Anais desta Casa, esta denúncia oferecida contra o Prefeito de Barbosa Ferraz, Odílio Balbinotti, é aceita pelo meretíssimo Juiz da Comarca, tendo em vista, os documentos apresentados, tendo em vista a documentação corroborada, de que desvio da coisa pública houve e eu nada mais faço aqui, desta tribuna, de que fique inserido aqui nesses Anais, de que nós do Movimento Democrático Brasileiro, nada mais pedimos do que seja feita a verdadeira justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Pausa).

Tendo declinado, a Mesa consulta à Liderança da ARENA. — (Pausa). — Com a palavra o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É lamentável que, pela primeira vez, venha um Deputado da Oposição que, comigo, disputou as eleições no Município de Barbosa Ferraz, para falar daquele município, mas jamais lá apa-



receu para levar alguma coisa em benefício do povo, mas para trazer uma denúncia das mais falsas, das mais irregulares, denúncias lidas, todas elas, que nós vamos contestar e provar o contrário.

Faz a denúncia sem tomar conhecimento, porque lá só foi buscar os votos e não voltou mais. Não conhece a vivência daquele município.

Srs. Deputados, aquele Prefeito vem fazendo uma excelente administração em Barbosa Ferraz, um dos melhores prefeitos daquela região, e o resultado foi dado, do seu trabalho e da sua administração, nas últimas eleições, que a minha votação somou todos os Deputados que receberam votos naquele município.

Aquele Prefeito que caluniado por um Vereador da ARENA — são 9 Vereadores que tem o Município de Barbosa Ferraz, dois Vereadores do MDB, que já passaram pela ARENA, conhecendo a administração que o Prefeito vem fazendo em favor do município, restando na Oposição um Vereador do MDB e um Vereador da ARENA, Vereador esse que quis ser o Presidente da Câmara, e quando viu seu nome preterido, vem, desde aquela época procurando criticar e caluniar o Prefeito; o Prefeito fez uma representação em juízo, representação esta que foi mandado proceder abertura de inquérito, e, em seguida, por proposta do Promotor de Justiça, foi encaminhado ao Juiz e pedido o arquivamento.

Mas, quando o Vereador fez uma representação contra o Prefeito, agiram completamente diferente, e eu procurando saber do Promotor os motivos daquela tramitação dada, porque não foi feito abertura de inquérito para averiguar, para tomar conhecimento e ver a versão dos fatos. Alegou o mesmo que, naquele município estava um suplente de delegado, e que lá não tinha escrivão de polícia, mas que no outro tinha.

O Promotor ofereceu a denúncia contra o Prefeito, sem ouvir uma testemunha sequer.

E o Juiz, recebendo, deu cinco dias de prazo e o Prefeito contestou...

**O Sr. Darcy Deitos** — Permite um aparte?

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Com prazer, mas peço que aguarde um instante.

O Prefeito fez a defesa, nós esperávamos já esta decisão do Juiz, e se eu não trouxe ao conhecimento desta Casa, é porque está na esfera judicial. Estava esperando a decisão final para vir aqui justificar, trazer todo o processo que tenho em mãos, as declarações frias que o Vereador pegou, as assinaturas de funcionários humildes em folhas incompletas e em branco, e batendo como queria. Eu já tenho assinado por esses funcionários, a sua declaração com testemunha de que eles assinaram sem conhecimento um papel em branco e entregaram em mãos do Vereador Adilson.

Porisso, são representações que não têm nenhum fundamento, e nós vamos provar isso aí.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

**O Sr. Darcy Deitos** — Inicialmente, quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concede. Só que, eminente Deputado Gilberto Carvalho, não posso concordar com a sua colocação de que nós fomos lá em Barbosa Ferraz buscar votos e lá não mais voltamos. Isso é uma inverdade. Nada mais tenho do que aqui desta tribuna defender o povo da minha região, com honradez e dignidade. Jamais fugi da luta; nunca fugi da luta.

Agora, quando Vossa Excelência diz que foi o mais votado, evidentemente, concordo plenamente, usando de todo o aparato administrativo da Prefeitura de Barbosa Ferraz, qualquer um faria dez vezes mais votos.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Mas Vossa Excelência vem dizendo que o Prefeito vem fazendo uma péssima administração, que vem extorquindo os recursos do município.

**O Sr. Darcy Deitos** — Usando os recursos públicos, qualquer

um faz política. Usando a máquina administrativa, qualquer um faz.

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Peço a Vossa Excelência que conclua o seu aparte.

**O Sr. Darcy Deitos** — Se Vossa Excelência concedeu o aparte...

**O SR. PRESIDENTE** — Na tribuna, o Deputado Gilberto Carvalho, com a palavra.

**O Sr. Darcy Deitos** — Serei breve. Só queria dizer a Vossa Excelência de que talvez — eu não vou entrar no mérito do Vereador, de documentos ou não. A denúncia — houve a denúncia de que foram usados materiais, e serviços de trabalhadores da Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz, para a construção de uma piscina de propriedade privada do Prefeito e sua família. Este o ponto que eu fiz questão de frizar daquela tribuna ali, eminente Deputado Gilberto Carvalho. Talvez Vossa Excelência desconheça que o artigo 201 diz o seguinte:...

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Não há necessidade de Vossa Excelência ler o artigo 201.

**O Sr. Darcy Deitos** — Diz que: "São crimes de responsabilidade, independentes de pronunciamento da Câmara ou de inquérito policial".

Independente. Se o Promotor Público aceitou os documentos e ofereceu a denúncia e Sua Excelência o Meretíssimo Juiz daquela Comarca acolheu a denúncia e desacolheu a defesa prévia formulada, eu queria e fui àquela tribuna, para que ficasse registrado nos Anais desta Casa, que, mais atos de corrupção estão acontecendo neste Estado do Paraná.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Vai haver o registro, Deputado, Vossa Excelência aguarde o final dos acontecimentos, para então verificar que, não houve nenhum desvio de material, e que o Prefeito vem fazendo uma administração digna, uma administração que o povo merece.

**O Sr. Darcy Deitos** — Apenas, ele misturou suas próprias obras, com as obras do Estado!

**O SR. GILBERTO CARVALHO** — Eu esperava, nobre Deputado, que Vossa Excelência denunciasses, há poucos dias, um fato, quando um Vereador pegou um trator na gleba Hermes Macedo, e impediu uma estrada, deixando várias famílias sem maneira de locomoção, dizendo-se o representante daquela gleba. Foi necessário que eu entrasse em contato com Hermes Macedo, para verificar se, na realidade, havia a autorização. O Prefeito teve que recuperar a estrada, porém, nenhuma medida foi tomada contra esse Vereador que tocou um trator na estrada, colocando toras para que ninguém a ocupasse. Este é o desserviço que presta àquele Município, mas o Prefeito, que tem feito uma administração honrada, tem valido o apoio dos Vereadores pedindo-lhes que tivessem calma e a população, eis que já queriam fazer um Manifesto contra essa situação em Barbosa Ferraz, manifestação de integral apoio ao Prefeito. Devemos esperar a decisão judicial, cujo final, tenho certeza, será favorável, porque justiça terá que ser feita, justiça a quem trabalha, justiça a quem vem dinamizando e modificando aquele município que, hoje, tem uma nova estrutura, através de um Prefeito que já fez mais de 50.000 metros de asfalto em pouco tempo, um Prefeito que canalizou aquele rio que separava a entrada da cidade, um Prefeito que na sua gestão, com a sua boa vontade, em convênio com a TELEPAR conseguiu instalar telefones em todos os distritos, faltam apenas dois, que serão ligados agora, sábado, completando assim, a ligação em todos os distritos do Município de Barbosa Ferraz, um Prefeito que abriu todas as estradas, que reformou as escolas, que construiu salas de aula por isto hoje é um município que não sofre falta de salas de aulas — agora, recebe o troco, e que troco, esta crítica que Vossa Excelência pretende registrar nos Anais desta Casa. Mas haveremos de registrar, nobre Deputado, a outra versão de tudo aquilo que Vossa Excelência diz. Virei à tribuna trazer as declarações que estão em

meu Gabinete. Só não fui buscá-las, porque não sabia se Vossa Excelência encerraria em um ou em dois minutos e assim talvez não desse tempo de trazê-las. Mas eu voltarei a esta tribuna...

O Sr. Darcy Deitos — Mas o Juiz daquela Comarca não aceitou os documentos, como hábeas, desacolheu a defesa prévia...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Vamos aguardar a instância final, depois, Vossa Excelência terá as informações que, na realidade Vossa Excelência já as conhece, já conhece o pensamento do povo de Barbosa Ferraz com relação ao Prefeito, que é um Prefeito sério, um Prefeito honrado, tão honrado e o prova, o apoio da maioria da população do Município de Barbosa Ferraz. E não será um Vereador, que, procurando defender os seus interesses particulares, vai conseguir impedir uma administração que dignifica o seu povo, uma administração para que Barbosa Ferraz receba os benefícios que merece e tem feito por merecer.

Uma administração em favor do povo, para que Barbosa Ferraz se destaque entre os grandes municípios da região do Vale do Ivaí. Voltarei a esta tribuna com toda esta documentação, mas também, com a decisão da Justiça, dando aquilo que é de direito a esse Prefeito que vem administrando com honradez e com dignidade, o Município de Barbosa Ferraz.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Vereador José Bosco Pires, bem como dos Senhores Vereadores desse progressista município, bem como do Governador do Rotary, Sr. Leomar Kaminski, e Dr. Zeno Alberti, Presidente da Associação dos Médicos Veterinários daquele município, do Diretor da Rádio Cultura de Guarapuava, Sr. Waldemar Garcia, do Dr. Amorin Ribeiro, Presidente do Fórum daquele município, bem como do Professor da Faculdade, Sebastião de Quadros.

Registramos com satisfação a presença dessas autoridades. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/79, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que autoriza o Poder Executivo construir um hospital destinado ao atendimento dos Servidores Públicos Estaduais, denominado "Hospital do Servidor", e dá outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro a Vossa Excelência, chamada nominal pra verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário, que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Acham-se presentes 42 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Vossa Excelência está colocando em votação o Projeto de Lei n.º 42/79?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — O Projeto de

Lei n.º 98/79.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas o de n.º 42/79 não foi votado, Sr. Presidente. Quando Vossa Excelência encerrou a discussão eu pedi verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Vossa Excelência, pelo que nos consta pediu chamada nominal.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas Vossa Excelência não tinha ainda concluído a votação. Quando Vossa Excelência encerrou a discussão, eu pedi a palavra pela ordem, e requeri chamada nominal para a verificação de "quorum". Está ainda na fase de votação o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, formulo a questão de ordem, justamente para socorrer, sem que haja necessidade de socorro, mas para socorrer a determinação do processo de votação que já é matéria esgotada. Foi realmente aprovado, no momento em que o Deputado, líder da bancada majoritária, pediu a Vossa Excelência a chamada nominal para posterior matéria. É o que eu queria oferecer a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita do nobre Deputado Erondy Silvério, se Vossa Excelência está pedindo verificação de votação para o Projeto de Lei n.º 42/79?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência encerrou a discussão do requerimento. Quando Vossa Excelência iniciou o processo de votação eu pedi a palavra, pela ordem e solicitei que Vossa Excelência procedesse a chamada nominal. Portanto, não havia concluído o processo de votação. Está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa deferiu a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

2.<sup>a</sup> Discussão do Projeto de Lei n.º 42/79. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, gostaria de obter a aquiescência do nobre autor desta matéria, aliás de muita relevância para o servidor público. Mas eu gostaria de obter a aquiescência de Sua Excelência o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para que acordasse no sentido de retirarmos da pauta, apenas por duas sessões. Porque ao que me parece e ao que me consta já existe lei autorizando a construção do Hospital do Servidor Público. Eu tenho uma vaga lembrança de que existe esta lei.

Portanto, seria inócua a votação de uma segunda lei. Ficaria até desagradável para o Poder Legislativo a votação de uma lei em duplicata. Então eu gostaria que o nobre Deputado, não estou contra absolutamente, apenas gostaria que o nobre Deputado aquiescesse na retirada por uma sessão que fosse.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 42/79.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, vejo que há uma pré-disposição no sentido de aprovação do projeto, que tem sido reclamado por parcelas consideráveis dos servidores do Estado. O líder do Governo me faz um apelo, e no sentido democrático eu acudo o apelo feito pelo eminente líder de se retirar. Diria a Vossa Excelência para colocar na semana que vem o projeto, que daria mais tempo de perquirir sobre a existência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Perfeito, obrigado a Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo então esta amplitude de discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a Mesa, requerimento subscrito pelo nobre Deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 42/79, por duas sessões.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Emendo, Sr. Presidente, para seis sessões.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com emenda do Deputado Erondy Silvério, por seis sessões. — Em votação. — **Aprovado.**

Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 42/79, por seis sessões.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 61/79), que aprova convênio de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Clevelândia, com interveniência de órgãos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 99/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 83/79), que aprova convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva a aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 100/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 93/79), que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Piraquara, que com a participação da COMEC visa a aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação, em obras que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 101/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 99/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras na sede do referido município, destinadas ao combate da erosão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 100/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Iguaçu, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 103/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 101/79), que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Altônia, objetivando execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 104/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 107/79), que aprova convênio celebra-

do entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Alto Piquiri, objetivando execução de obras na sede do referido município previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 74/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Campo Largo, visando condicionar diretrizes de trânsito com planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 106/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 76/79), que aprova convênio de cooperação entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Apucarana, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 88/79), que aprova termos aditivos à Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e Municípios nominados, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva realização de serviços voltados ao desenvolvimento urbano dos referidos municípios. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 103/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cianorte, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 104/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 110/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 98/79), que aprova Proposta do Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio 1980-82. Parecer FAVORÁVEL da C.O., publicado em avulso. — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Para apreciação desta Casa Legislativa, e, atendendo o disposto no Art. 31 da Constituição do Estado, o Excelentíssimo Governador do Estado, determinou a elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos, consoante o estabelecido nas normas vigentes.

O Ante-Projeto de Lei, chegou a esta Casa no dia 14 de setembro próximo passado, dentro portanto, do prazo legal estabelecido pelo Art. 9.º, da Lei Estadual n.º 5982, de 04 de agosto de 1969, alterada pela Lei n.º 6.205, de 04 de julho de 1971, que determina:

"O Poder Executivo enviará a Assembléia Legislativa a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos, até o dia 15 de setembro do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência."

Anteriormente, o prazo previsto para envio a esta Casa do Plano Plurianual de investimentos era fixado para 1.º de agosto, tendo portanto o Poder Legislativo, maior tempo disponível para seu estudo, aprovação ou rejeição.

O tempo para esta Assembléia analise, apresente sugestões ou emendas, estudando enfim o volumoso processo é de apenas 60 dias, naturalmente insuficiente para um trabalho mais acurado.

O artigo 1.º da Lei 5982, de 04 de agosto de 1969, determina: "A ação governamental se orientará por planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do Estado, norteando-se segundo planos e programas, compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos:

- a) Plano Geral do Governo
- b) Programas gerais, setoriais e regionais de duração plurianual
- c) Orçamento Anual
- d) Programação financeira de desembolso."

O Plano Geral de Governo, vem no bojo do próprio anteprojeto do OPI e ele terá que ser aprovado em conjunto com o referido plano de Lei, atendendo o que dispõe o artigo 3.º da Lei supra citada. O Plano Geral de Governo, tem validade para quatro (04) exercícios, isto é a duração do próprio período Governamental, podendo ser ele alterado anualmente, utilizando-se o Poder Executivo, para tal fim, do próprio OPI ou do Orçamento Geral do Estado para cada exercício.

Atendendo as disposições do Artigo 4.º da Resolução n.º 17/67, tivemos a honra de, após votação entre os senhores membros da Comissão de Orçamento, ser designado como Relator do plano de Lei em causa.

Dentro das limitações próprias do Poder Legislativo, em face da quadra político-institucional em que vivemos, e, depois de analisados os programas, sub-programas, metas e intenções governamentais contidas na mensagem do Chefe do Executivo, em seu projeto de Lei, bem como nos quadros e anexos que compõe a matéria em exame, exaramos parecer favorável, ou seja pela aprovação da matéria, tendo referido parecer, merecido aprovação unânime, sem restrições dos Senhores membros da Comissão de Orçamento desta Casa. Embora tenhamos, criticado severamente o conteúdo, não poderíamos tomar posição contrária a tramitação da matéria, já que o Poder Executivo obedeceu todas as normas exigidas, cumprindo fielmente a Lei pertinente a sua tramitação.

O Plano de Lei é legal e portanto mereceu parecer favorável, ressaltamos contudo a programação em si e aí é que na exposição do parecer esposamos os nossos pontos de vista, que devemos ressaltar, contou com a participação de vários Senhores Deputados de nossa bancada, o que agradecemos.

Não houve apresentação de emendas ao presente Plano de Lei, tendo em vista que, qualquer modificação na execução Orçamentária será ajustada ao mesmo, conforme as alterações procedidas no Orçamento Anual, de acordo com o que precei-

tua o § 1.º, do Artigo 3.º, do Plano de Lei em discussão:

"§ 1.º — No transcurso de cada exercício, as importâncias consignadas nos projetos e atividades discriminadas nos anexos integrantes desta Lei, serão ajustados pelas alterações procedidas no Orçamento Anual pelas formas legalmente autorizadas."

Votaremos, portanto, favoravelmente ao presente plano de Lei, em sua primeira discussão, ressaltando o direito de uma participação efetiva na discussão da matéria em suas várias fases no Poder Legislativo Estadual."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Martini, ocorrido em Araucária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alcindo Digo da Silveira, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Geraldo Bastos, ocorrido em Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Transportes, em forma de pedido de informações referente a conclusão de diversas rodovias. — Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, solicito à Presidência que faça a leitura do requerimento, porque já está a alguns dias na mesa, e pode estar fugindo à melhor observação dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e solicita ao Sr. Secretário que faça a leitura do referido requerimento.

(O Sr. Secretário procede a leitura).

Em votação.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos observando, já, desde o primeiro dia em que apresentamos o requerimento, que o Sr. Líder do Governo nesta Casa, tem orientado a sua bancada para votar contrariamente a esta proposição.

Não vemos, sinceramente, motivos para que isto aconteça, tendo em vista que o Poder Legislativo estadual tem sido informado das mais diversas formas, por companheiros nossos, e pelos próprios homens do Governo, nesta Casa, e do Executivo, que muitas obras programadas para este ano, no que concerne ao Plano Rodoviário, não tiveram prosseguimento.

As causas, diz-se, é a grave crise financeira que atravessa o Estado do Paraná. No entanto, não é possível que a Assembléia esteja hoje a votar o Plano Plurianual de Investimentos e está a examinar o Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício, com um novo Plano Rodoviário, com novas rodovias a serem implantadas, sem, no entanto, conhecer, pelo menos, quais as rodovias do plano anterior que foram executadas, e se não foram executadas, onde foi gasta a dotação orçamentária específica para a execução do Plano Rodoviário Estadual.

Não entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque os homens do Governo, nesta Casa, têm que se posicionar contrariamente a todo e qualquer pedido de informação, mesmo que ele seja apenas para esclarecimento deste Poder, e melhor posi-

cionamento na votação do Plano do Orçamento Geral do Estado que está a tramitar nas Comissões Técnicas específicas. Eu espero que o Sr. Líder do Governo reconsidere a posição, porque não há motivo nenhum e eu sei disto, porque conversando, inclusive, com o Sr. Secretário do Planejamento por ocasião da palestra e da exibição dos "slides" quando enviou a esta Casa o Orçamento Geral do Estado, dizia-me o Dr. Véspero Mendes:

— Estou à disposição de Vossa Excelência, para responder as perguntas que julgar necessárias.

E eu fiz a cobrança na oportunidade, Sr. Presidente, mas a sua bancada na Assembléia, não deixa passar os Pedidos de Informação. E a resposta foi séria, do Sr. Secretário do Planejamento:

— Não por nossa orientação.

Ora! Sr. Presidente, Srs. Deputados, se os homens do Executivo estão dispostos a informar esta Casa sobre o que pretendemos saber, por que os homens da ARENA aqui no Poder Legislativo, nossos colegas e, sei, ansiosos também de saber da execução do Plano Governamental, posicionam-se contrariamente e quase que com acinte, à nossa bancada, apenas porque o Pedido de Informação vem dos Deputados do MDB? Nós não podemos entender! Trabalhamos incansavelmente na elaboração de um Parecer, estudamos o Orçamento do Estado e pretendemos nos posicionar com seriedade, e o fazemos, porém, é necessário também, que as nossas iniciativas sejam respeitadas, para que possamos, sempre, continuar fazendo o que estamos fazendo, estudando com carinho, porém, que tenhamos uma réstia, um pouco de esperança que este Governo, um dia, saiba que não é apenas o Deputado da ARENA ou o seu Assessor de Gabinete que tem direito a receber informações, o Estado do Paraná, o nosso povo quer ser informado. Não podemos agora, nesta oportunidade, votar às cegas um novo Plano, quando nem sequer uma informação simples como esta nos é prestada.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, o nobre Deputado Antônio Facci sempre me parece, pela sua atuação nesta Casa, pelas atitudes tomadas em diversos episódios vividos aqui no Poder Legislativo, sempre me parece um homem sério. Não vou duvidar de Sua Excelência, e a bancada está liberada para votar inclusive favoravelmente ao Pedido de Informações, desde que ele, com a responsabilidade do Deputado representante de parcela do povo do Paraná, vem a esta Casa e afirma que o Sr. Secretário do Planejamento disse que não havia orientação do Governo, para rejeição desse Pedido de Informação. Eu libero, neste instante a bancada, mas, quero dizer a Sua Excelência que, não é o Deputado da ARENA que tem direito, apenas o Deputado da ARENA, que tem direito a informações do Governo do Estado, mas, é o povo do Paraná. E, se a ARENA é majoritária nesta Casa, é porque a maioria do povo está de acordo com a atuação dos Deputados da Aliança Renovadora Nacional, se não, não seria majoritária, largamente majoritária!

Nestas condições, Sr. Presidente, a bancada, quando vota aqui, é coerente, é consciente, é representando exatamente a vontade do povo paranaense. Portanto, não se venha dizer aqui que a vontade do povo está apenas com a bancada da Oposição, o que não é verdade! Tanto não é verdade, que as urnas falaram mais alto do que os pronunciamentos da Oposição, mas, eu quero acreditar porque sempre acreditei no Deputado Antônio Facci, então, neste instante, eu declaro questão aberta e votarei favoravelmente ao Pedido de Informações.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão somente para evidenciar que, em adendo ao que expôs o Deputado Antônio Facci, o ilustre Secretário do Planejamento generalizou a informação naquela oportunidade, não especificamente a este ou aquele requerimento sobre estradas ou outros assuntos.

Generalizou o desejo de bem informar o Paraná, bem informar os Deputados. A prova está que inclusive fez-se um convite e esta Casa lá esteve para ouvir a exposição do Secretário do Planejamento. Se ele fez esse convite, para colocar a opinião do Executivo e abriu para o debate logo após a exposição, inclusive de audiovisual, significa que há, efetivamente, claro e tacitamente este interesse de bem clarear e por esta razão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaríamos de que efetivamente todos os Deputados apoiassem esse simples pedido de informação e é um pedido extremamente lógico, acima de tudo, não tem caráter partidário, não tem caráter político. É um pedido lógico, até porque o relator do plano plurianual que fez um estudo profundo de todos os programas, sub-programas, diretrizes e ações desse plano plurianual, evidentemente para melhor se posicionar precisa saber o que se fez a nível de Secretaria dos Transportes e o que se deixou a fazer, o que se aduziu à programação e ao orçamento anteriormente aprovado, e o que não foi feito.

É, como disse, uma informação solicitada de maneira lógica, até para melhor posicionar não só o relator do plano plurianual, com toda a bancada do MDB, para como disse, tomar uma posição coerente, lógica, científica e definitivamente correta.

Contamos, portanto, com todos os Deputados, para aprovação de um simples pedido de informação e repito, extremamente lógico.

Muito obrigadô. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. — **Aprovado.**

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu só queria que registrasse o meu voto contrário a esse requerimento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa faz o devido registro.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 173/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 83/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Darios, consta do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, em forma de pedido de informações, sobre um rol de questões. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam.

**Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Petróleo, no sentido de que seja incluída a cidade de Campo Mourão entre as autorizadas a abrir os postos de gasolina aos domingos e feriados. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex à Comissão de Agricultura da Câmara Federal, encarecendo que os membros da referida comissão visitem os municípios do Estado do Paraná que terão áreas inundadas pela represa da Hidrelétrica de Itaipu. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Cortes). — Fica adiada a discussão pra a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo a ampliação da rede elétrica na localidade de D. Rodrigo, Município de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo sejam efetuados reparos na Estrada do Cerne. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando início e conclusão do prédio da nova agência de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Procurador da Justiça do Estado do Paraná, objetivando a designação de um Promotor Especial para acompanhar o caso do linchamento de Ezequiel Ribeiro de Lima. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja estudada a viabilidade e requerida a abertura do Posto Petrobrás na Praia de Leste, nos fins de semana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade ao Movimento reivindicatório dos Delegados de Polícia de Carreira em nosso Estado. — **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Vai se proceder a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento, subscrito pelo nobre Deputado José Tavares, queiram levantar-se. — (Pausa).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência que faça um apelo aos Srs. Deputados, para que o regime de votação e de comportamento nosso, parlamentar, seja dado com o expresso cumprimento do Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o Regimento está sendo cumprido. Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

15 Srs. Deputados aprovam; 24 Srs. Deputados rejeitam. **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil S/A. - 6.<sup>a</sup> Região, encarecendo medidas para proporcionar financiamentos para os posseiros das ilhas do Rio Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Secretários da Segurança Pública e das Finanças, à Superintendência dos Portos e Vias Navegáveis do Rio Paraná, com sede na cidade de Guaíra, encarecendo reabertura e funcionamento no período noturno, das balsas que fazem a travessia Paraná-Mato Grosso do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Viação Garcia, pela inauguração da linha direta de carro leito Cornélio Procopio-Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que envie a esta Assembléia Legislativa, Mensagem modificando a Lei n.º 6174. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Senhora Lady Cunha, pelos relevantes serviços prestados ao Setor de Taquigrafia desta Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que seja determinada a pavimentação asfáltica da estrada ligando o Distrito de Braganey a Corbélia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Paranaense de Avicultura, pela inauguração de sua sede própria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Conselho Nacional do Petróleo, Ministério do Planejamento, Ministério de Minas e Energia e Ministério dos Transportes, e demais autoridades, no sentido de que seja autorizado o abastecimento dos carros usados pelos viajantes — representantes comerciais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, exigindo apoio ao pequeno produtor paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo seja reativada a "Operação Bandeira Dois" visando melhor proteção e segurança aos motoristas de táxi de Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao jornal "Diário Popular" pela realização da promoção "Chuteira de Ouro", premiando os principais valores do nosso futebol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., encarecendo a instalação de uma agência no bairro Vila Operária,



em Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Delegados de Carreira, pela escolha do Sr. Ali Chaim, para Delegado Honorário do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, encarecendo igualdade de tratamento entre todos os Servidores Públicos do Estado, através da extensão do 13.º salário, pago por antecipação aos Magistrados, Membros do Ministério Público e Secretários de Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, sugerindo remessa de Mensagem Complementar à de n.º 143/79, a fim de que sejam sanadas pequenas omissões. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109 e 110/79.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 157/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 113/79 e 114/79.

Levanta-se a sessão.